

A_N_E_X_O_S**O NEGRO E AS ELEIÇÕES**

Os negros vieram da África numa condição desumana. Aqui chegando, passaram a ser propriedade de Senhor. Eram tratados como objetos; negavam-lhes a subjetividade e a identidade de cidadão.

Os valores chamados de "sociais" pela aristocracia rural também não eram permitidos aos negros: o direito ao casamento, à família, possuir filhos, na relação pai-mãe, filhos só com a permissão do senhor feudal.

O homem e a mulher são sujeitos de relações sociais e culturais que quando lhes são negados, eles passam por um processo de desumanização, de perda de identidade. No Brasil Colônia a escravidão constituiu-se nesse processo de desumanização.

No entanto, esse período da história não foi de convivência pacífica entre brancos e negros. A revolta dos malês-Bahia, da Balaiadas-Maranhão, a longa resistência do Quilombo dos Palmares e outras estão registradas na história do Brasil, mostrando que os negros não eram "dóceis", "submissos" e "preguiçosos" como conta a estória dos brancos.

Os negros sempre se organizaram e resistiram a situações de opressão e de desumanização de sua raça.

A Abolição da Escravatura em 1888, enquanto fato institucional, foi um movimento feito pelos brancos. Instaurava-se no país o sistema econômico pré-industrial capitalista em substituição a uma economia rural feudal. Esse tipo de economia necessitava de outro modelo de relação de trabalho que era incompatível com a relação de trabalho do sistema escravocrata.

O fim da escravidão por um dispositivo legal não significou a liberdade do homem e da mulher escrava, pois a burguesia pré-industrial-capitalista não garantiram à população negra livre as condições sociais, educacionais, culturais e profissões. Ao contrário, a burguesia, através de seus parlamentos, criaram leis que proibiam a entrada de negros e amarelos no País e liberaram a imigração de homens brancos que vieram ocupar o espaço da força de trabalho do homem e da mulher escravos.



A Abolição fez emergir fortemente o Racismo, pois a "Lei" institucionalizara a igualdade de direitos, de cidadão, de homem livre, entre negros e brancos, mas essa lei na verdade nunca foi colocada em prática. O negro com a imigração de homens brancos passa a ser excedente na força de trabalho, nunca foi incluído nos postos de mando, nunca foi chamado a participar e a decidir. É o racismo, o ato social seletivo que vem sendo praticado para distanciar as igualdades sociais entre negros e brancos.

Ao longo da história, o negro vem lutando na conquista de direitos, na conquista de espaço dentro da sociedade que não lhe serão dados. Como diz Paulo Freire: "liberdade não se ganha, se conquista".

É inexpressível a presença de homem e mulher negros nos cargos e postos de decisão e faz-se necessário essa consciência de classe para resgatarmos o nosso papel enquanto raça na produção e participação desses direitos que nos têm sido expropriados pelo sistema capitalista.

Após análise superficial desses aspectos de ordem econômica, política e social, colocou dentro dessa conjuntura a questão das eleições partidárias e outras. As eleições são um ato político-educativo de qualquer nível, seja ela sindical, associativa ou partidária. Essa última, embora, ao longo da história tem sido prática viciada-corrompível em nosso país, enquanto ato político é um espaço quando trabalhado que permite a revisão de consciência e mobilidade social.

Conforme as estatísticas, o Brasil é o 2º país da raça negra. A força eleitoral negra significa mais de 50% dos eleitores, nessa força eleitoral a mulher representa a maioria. E qual é a composição do parlamento federal, estadual e municipal?

Nós negros somos quem votamos nos brancos, nós mulheres somos quem votamos nos homens. Quando faço essa conclusão não estou estabelecendo luta ou declarando uma guerra entre brancos e negros nem entre homens e mulheres, pois aí que as mudanças dessas relações fazem parte do processo de transformação das estruturas sociais.

Também entendo que não basta votar em qualquer negro ou também em qualquer mulher.

Na história do Brasil, os partidos políticos que sempre tiveram o poder, nunca se constituíram como partidos ideológicos, sempre foram partidos fisiológicos - um aglomerado de pessoas voltadas, exclusivamente, para seus interesses individuais, econômicos e políticos, enriquecendo-se ilicitamente da exploração e injustamente da miséria do povo.

A tradição partidária de características fisiológicas formou na população brasileira consciência do "voto mercenário" que é vendido em troca de favores ou do "voto afetivo" - eu voto no Fulano porque é meu amigo, é meu conhecido, etc...

O Partido dos Trabalhadores - PT e seus militantes tem um árduo e longo caminho a ser trilhado: Resgatar a consciência do povo brasileiro para o **voto ideológico**. O PT, partido ideológico.

O PT, partido ideológico, que está construindo o Socialismo tem a questão racial como uma das questões sociais que devem ser aprofundadas dentro do Partido, no entanto, cabe a nós negros, homens e mulheres, o desafio da conquista desse espaço dentro do Partido e dentro da sociedade.

Nas eleições municipais e outras, a Comissão de Negros Petistas, conscientes dessas e outras questões deverá organizar os negros, enquanto classe e enquanto raça para que possamos atuar na sociedade, afim de transformá-la. Para tanto, precisamos discutir nessas eleições municipais, o apoio aos candidatos e candidatas petistas que são negros e negras.

Àqueles e àquelas que na luta social não somente tem empenhado a bandeira de transformação da sociedade e do socialismo, mas também tem se empenhado na luta contra o RACISMO, contra as práticas veladas das discriminações sociais.

A Comissão de Negros Petistas, portanto, deverá organizar cursos de formação da história do Negro no Brasil e no mundo, visando dar uma nova consciência aos negros e brancos petistas e também reivindicar do Partido que retire de seus documentos a expressão negro, como sendo "minoridade".

Numericamente somos maioria. Essa forma sociológica de apresentar a questão pode ser discriminatória.

"Abaixo o Racismo - Não ao Apartheid"

"Espaço político não se ganha, se conquista"

COMUNICAÇÃO SOBRE A QUESTÃO INTERNACIONAL

A burguesia é uma classe que explora os trabalhadores e todos os oprimidos de forma internacional, independente de nações, as chamadas burguesias nacionais são desdobramentos de um mesmo processo, e tem que ser enfrentados pelos trabalhadores e oprimidos de todo o mundo de forma articulada, científica. As vitórias conseguidas pelos trabalhadores e oprimidos de um determinado país é um passo a mais no caminho da derrota definitiva da classe burguesa, que nos explora a todos se utilizando de formas definidas à nível internacional, buscando alongar cada vez mais o seu poder de exploração sobre os povos dominados do mundo.

Neste sentido, o nosso Partido deve estabelecer discussões nacionais, visando traçar uma política nacional no campo da questão internacional.

A questão internacional, tradicionalmente no nosso País, não é encarada com a importância que deveria merecer, e o nosso



partido também sofre dessa doença.

Não temos discussões acumuladas sobre a questão internacional, não realizamos debates, seminários, não elaboramos jornais, revistas à altura da sua importância. Não temos quadros suficientemente preparados e envolvidos nessa questão, e conseqüentemente a nossa articulação a nível internacional é débil em relação ao avanço democrático que conseguimos na conjuntura atual.

Deveríamos ter mais militantes internacionais em nosso país, nos esclarecendo sobre as condições políticas e econômicas de seus países, e nos transferindo experiências de luta, o que seria muito importante para avançarmos na compreensão da nossa realidade e sua ligação com as situações dos outros povos dominados.

AS PRESSÕES ECONÔMICAS

O imperialismo internacional capitalizado pelo EEUU, o mais poderoso e hegemônico país imperialista do mundo, apresenta problemas econômicos e sociais importantes não superados pela exploração que levam a efeito nos outros países do mundo. O imperialismo sempre agiu em relação aos países dependentes e modificando a sua forma de pressão e dominação de acordo com as suas dificuldades externas e internas, ora impõe governos capazes de conduzir a política de acordo com os seus interesses, ou a pressionam de maneira acintosa aos países e governos como vem fazendo com o Brasil, Argentina e outros, traçando para esses países uma política de pressão contra as formas de proteção desses países frente aos produtos americanos, forçando-os a aumentar as suas importações de produtos estrangeiros.

Esta política se percebe francamente nas formas de acordos propostos pelo Fundo Monetário Internacional-FMI, que vem pressionando o Brasil, exigindo diminuição da dívida interna, através do arrocho salarial dos trabalhadores, privatização das empresas estatais que dão lucro, e transformação da parte da dívida externa brasileira em ações de empresas brasileiras, tanto de privadas como de estatais.

Esta política do imperialismo em relação ao Brasil não é um fato isolado, e esta mesma política vem sendo implementada em relação há muitos outros países.

O movimento sindical e popular dos países em desenvolvimento tem levantado palavras de ordem comuns, pois problemas comuns os afetam em função das imposições imperialistas que obrigam aos governos desses países a estabelecerem políticas de arrocho e desemprego, repressão ao organismo de defesa dos trabalhadores e degradação das condições de vida desses mesmos trabalhadores.

Os enfrentamentos se dão a nível de combate ao Fundo Monetário Internacional, aumentos de salários para fazer frente às

inflações, estabilidade de emprego e liberdade de organização dos trabalhadores.

Os países socialistas se organizam criando formas novas de relações econômicas internacionais, buscando um caminho para se contrapor ao imperialismo americano, mas em contrapartida as articulações como Mercado Comum Europeu, órgãos criados por países desenvolvidos a fim de se protegerem economicamente aperfeiçoam a forma de exploração dos chamados países do Terceiro Mundo e as formas de enfrentamento aos projetos econômicos dos países socialistas.

ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO INTERNACIONAL

Neste sentido, cabe internacionalizar a luta aos órgãos democratas e progressistas no qual se inclui o Partido dos Trabalhadores-PT, criarem formas de se contrapor aos projetos da burguesia internacional no campo político e econômico, e para isto é necessário se fazer uma ampla e sofisticada articulação a nível internacional com países socialistas, Movimentos de Libertação Nacionais, países do chamado Terceiro Mundo e organizações democratas e progressistas de todo o mundo, para realmente aqui no nosso País podermos efetivamente contribuir com a luta internacional contra a opressão.

Este trabalho tem que ser feito através de profundas discussões que venham a dar condições ao nosso Partido de estabelecer programas de luta que ajudem a organizar a nossa ação em relação à questão internacional, através da divulgação das lutas progressistas que se dão em todo o mundo, nos enfrentamentos às ditaduras fascistas, às repressões dos países conservadores, às prisões, torturas e mortes de progressistas em todo o mundo, ao cerceamento às liberdades individuais e aos direitos humanos.

E essa luta deve se dar em vários níveis (Comitês de Solidariedade e Campanhas): formação de Comitês de apoio a exilados, a presos políticos, a denúncias de formas de censuras dos governos opressores.

Campanha de finanças, de alimentos, medicamentos, roupas e outras formas fundamentais para garantir as resistências democráticas em toda a parte do mundo.

É necessário também desenvolvermos formas que fortaleçam as articulações políticas e econômicas dos oprimidos em lutas, como criação de representações oficiais dos Movimentos de Libertação no nosso País, estreitamento de relações culturais do nosso povo com outros povos oprimidos do mundo através de intercâmbios culturais não podemos deixar apenas na mão do governo brasileiro, lídimo representante das classes ricas do nosso País, este tipo de intercâmbio.



OS PAÍSES AFRICANOS DE POPULAÇÕES NEGRAS

Embora esta relação tenha que ser feita com todos os povos oprimidos, vamos nos ater nas análises e propostas em relação aos países da África, de população negra, em virtude do racismo brasileiro que acaba refletindo nas formas de articulação das forças democráticas e progressistas, o que nos coloca enquanto componentes do Movimento Negro, na obrigação de discutirmos e apresentarmos propostas que possam contribuir para a compreensão dos nossos companheiros não negros a melhor entenderem o papel do racismo na exploração do homem pelo homem, e criarmos formas mais efetivas de contribuição do povo brasileiro para as lutas travadas pelo povo negro em todo o mundo, e também criarmos formas de recebermos o apoio dessas forças progressistas.

A luta que se deu nos países da África de língua portuguesa trouxe para a Humanidade mais uma importante página de luta pela redenção do ser humano, e esta experiência deve ser vivenciada por outros povos, e nós brasileiro, em especial, pela proximidade histórica e cultural, temos um importante papel neste intercâmbio, pois nossa história está intimamente ligada à dos povos de Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.

Em nosso País temos que buscar uma maior interação com esses países, pois são países que devido à exploração secular dos invasores europeus (escravidão e colonialismo) se encontram num atraso econômico, social e político, que trazem terríveis consequências no caminho da construção do socialismo, necessitando de apoio internacional em todas as áreas econômica, cultural, educacional, social e política, para reconstruírem sua cultura, sua história e caminharem decisivamente para a construção de uma sociedade efetivamente socialista, com um proletariado desenvolvido no campo e na cidade, em condições de responder às necessidades históricas que se apresentam.

O caminho de reconstrução desses países é muito difícil, e além das dificuldades naturais há ainda no caso de Angola e Moçambique as forças organizadas de reação, financiadas pelo imperialismo internacional e pelo regime racista do Apartheid, que além de financiar forças reacionárias, formam grupos de mercenários, com experiências internacionais, pagos a preço de ouro, para se fazerem presentes organizando e orientando as forças reacionárias para o ataque às forças populares de Angola e Moçambique.

Projetos sociais que poderiam estar sendo aplicados, melhorando as condições de vida destes povos são postos de lado, à medida que os poucos recursos desses países têm que ser desviados para o enfrentamento contra as forças da reação.

É necessário que esclareçamos a opinião pública brasileira sobre esta situação, e precisamos realizar campanhas para



efetivarmos nosso apoio a esta luta.

ÁFRICA DO SUL

Em relação á questão da África do Sul, precisamos organizar Comitês Anti-Apartheid em todo o País, e denunciarmos à opinião pública brasileira sobre a luta que se trava naquele país de maioria negra, onde 87% do território pertence à minoria branca, e os negros que conseguem trabalho ganham salário de fome, em condições desumanas de vida.

A população não branca tenta resistir á exploração, mas são duramente reprimidos, e de junho de 1986, com a implantação do estado de emergência na África do Sul, já morreram mais de 2.000 pessoas e mais de 25.000 estão ilegalmente presas, sendo que há 8.000 crianças entre os presos. Entretanto a luta dos trabalhadores sul-africanos continua a se dar de formas as mais acirradas possíveis, exemplo disso é a última greve dos trabalhadores negros mineiros que paralisou 2,5 milhões de trabalhadores, como forma de luta contra o governo racista-Apartheista sul africano.

O regime do Apartheid da África do Sul foi condenado pela Organização das Nações Unidas-ONU, como um regime criminoso e anti-humano, que deve ser repudiado por todos os países do mundo, sanções foram aprovadas contra a África do Sul, mas não são levadas à frente pelas grandes potências do mundo ocidental, que criam formas alternativas para suprir a África do Sul de armas, alimentos, variadas formas de investimentos.

Devemos mobilizar a população brasileira, denunciando a África do Sul e os países que mantém relações com este país, no qual se inclui o Brasil, que faz belos discursos na ONU, mas comercializa com a África do Sul e ainda envia e recebe caravanas culturais, reforçando desta forma o massacre da maioria negra neste país da África. Assim, temos que dizer a verdade sobre esta questão, pois o governo brasileiro é cúmplice das matanças cometidas pelo regime do Apartheid, pois lhes fornecemos armas e alimentos, que irão reprimir a luta dos democratas e progressistas da África do Sul, aumentando o tempo de vida deste nefasto regime.

Nossa tarefa a nível internacional é mostrar condições de vida do trabalhador brasileiro, e a discriminação racial sofrida pelos negros do nosso País e suas graves conseqüências, pois o trabalhador tem que saber como efetivamente é tratada a população pobre e principalmente a negra neste País. Toda a África, tem que se conscientizar desta situação, e que os governos destes países não fazem parte e nem representam a classe trabalhadora. Esta sim é solidária com as transformações que estão se dando na África.



REPENSANDO A MULHER NEGRA HOJE: UMA PERSPECTIVA NO PT

As Mulheres da Minha Raça

Senhores
as mulheres da minha raça
não são feijoadas completas
preparadas pra serem saboreadas
às quartas e sábados ou somente
quando os senhores sentem vontade.

As mulheres da minha raça
não são latas de malzbier fabricadas
pra fortalecerem impotentes virilidades
aprimorando-se o hipnótico brilho do rótulo
porém degenerando a essência do conteúdo.

As mulheres da minha raça
não são animais de carga
simples bestas selvagens
que após serem marcadas
registradas e enjauladas
são transformadas em cadelas no cio.

Saibam senhores
as mulheres da minha raça
são capacitadas e tudo fazem
com inteligente primor
são humanas, têm sentimentos
de alegria, de liberdade
de ódio, de dor
pois também sentem amor

Sendo assim, senhores
as mulheres da minha raça
não devem ser discriminadas e subjugadas
devido a pigmentação da sua cor

Cada uma delas possui
a sua natural essência humana
e todas devem ser respeitadas
não importa a medida ou a intensidade

(Oubi Inaê Kibuko)



INTRODUÇÃO

Falar hoje da mulher negra é se referir à tripla discriminação a que está sujeita, dando um dimensionamento da sua situação verdadeira numa sociedade capitalista, marcada pelas contradições de classes, onde o preconceito racial termina por servir e justificar essas contradições.

Nós, mulheres negras, enquanto mulheres, somos vítimas do sexismo; como negras, do racismo; e enquanto trabalhadoras, da exploração de classe. Esta experiência histórica e única, longe de ocorrer em processos isolados, se articula e se constitui numa tripla e insofismável identidade: mulher negra trabalhadora.

O lugar desprivilegiado que ocupamos nessa sociedade, vítimas de todos os mecanismos e princípios que regem a sua opressão, determina para nós, mulheres negras trabalhadoras, o total e real comprometimento com a implantação de uma sociedade socialista onde não haja sexismo e opressão de raça e classe.

1. PEQUENO RESGATE HISTÓRICO

1.1. A MULHER NA ÁFRICA ORIENTAL

As mulheres africanas tiveram um importante papel no desenvolvimento econômico no período pré-colonial. Elas eram as primeiras reprodutoras de bens alimentícios nas sociedades da região (Kenya, Uganda, República da Tanzânia). Invariavelmente eram as encarregadas da maior parte das tarefas agrícolas, assim como pela criação de alguns produtos e as únicas responsáveis pela educação dos filhos durante os anos mais importantes, ou melhor, desde o nascimento até a adolescência.

A economia pré-colonial se caracterizava também pela necessidade de mão de obra, sendo a unidade de produção a família, em geral, a divisão do trabalho na agricultura, a criação de gado e as atividades domésticas estavam baseadas no sexo e idade. Habitualmente, as mulheres, as adolescentes, se dedicavam aos trabalhos agrícolas e os homens adultos se dedicavam ao trabalho com o gado. A conservação da madeira ou de excrementos de animais utilizados como combustível eram tarefas reservadas à mulher, bem como as atividades domésticas.

Na medida em que as sociedades pré-coloniais tinham como preocupação dominante assegurar sua subsistência, a condição das mulheres estava em geral protegida por direitos bem reconhecidos sobre a terra e sobre os meios de subsistência e, ao que parece, isso lhes dava uma certa segurança. Nos casos em que o Estado estava



já constituído, a diferença social baseada na propriedade dos meios de produção, tendia a colocar as mulheres, enquanto grupo, numa situação de subordinação econômica.

1.2. A MULHER ESCRAVA

Mais de 9,5 milhões de africanos foram transferidos para as Américas, entre o início do século XVI e metade do século XIX.

O número de mulheres africanas introduzidas no Brasil era bem menor pois os senhores de escravo as considerava um obstáculo ao ritmo de trabalho e à produtividade (isto, compreendendo o período que vai até o fim da abolição do tráfico de escravos), e, além disso a reprodução da mulher escrava tornava-se antieconômica, já que os filhos só produziram após os 13 anos de idade. Entretanto, a mulher negra não só serviu à casa grande em serviços domésticos, como também trabalhou nas plantações, nas minas e demais atividades produtivas.

As mulheres escravas não eram dispensadas do trabalho na lavoura quando estavam grávidas ou amamentando.

"Dados sobre a composição sexual da população escrava, fornecidos pelo censo de 1872, mostram que dos 805.170 escravos homens existentes, 503.744 (62%) estavam empregados na agricultura; das 705.636 escravas, 304.657 (43%) encontravam-se no mesmo setor de atividade".

O quilombo foi a unidade básica da resistência do escravo. Onde existisse a escravidão, o quilombo surgia e surpreendia, principalmente, pela capacidade de organização e pela resistência que oferecia.

As mulheres negras, além de lutarem contra a destruição dos quilombos - mostrando-se como verdadeiras guerreiras ao lado do homem negro - ocupavam papel relevante enquanto força de trabalho.

A rotina do trabalho nos quilombos, envolvia a participação de mulheres da garimpagem, extração de minérios, agricultura, entre outras.

2. A MULHER NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO

Através da mitificação das relações raciais, as elites brasileiras tentam vender a idéia, a nível interno e externo de que no Brasil existe uma democracia racial.

Segundo Gilberto Freire, historiador, sociólogo e principal articulador da democracia racial na década de 30, os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Daí o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e a harmonia racial que o caracteriza. O que Freire não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas das dife



rentes formas de violentação da mulher negra, pois esta era alvo constante das investidas dos senhores.

Em 1974, é a vez de Roger Bastide:

"Elas (as mulheres negras) foram, elas são, as grandes mediadoras entre as raças, entre as classes, entre os nativos e os estrangeiros (...). Elas impediram a rigidez de um combate sem piedade entre brancos e negros, dando origem a um grupo de mestiços interdiário que tornou os contatos raciais menos atritados". (Bastide, 1974).

Não existe uma democracia racial e sim uma "necessidade racial". O grupo dominante branco, apesar de "não gostar" do grupo dominado negro, necessita desta mão-de-obra barata, das péssimas condições de moradia, do analfabetismo, da alienação política, da não consciência de sua cultura, enfim, do não reconhecimento de sua condição de humanidade, para continuar se mantendo no poder, principalmente pelo fato deste grupo constituir a maiorida da população brasileira.

A grande contradição da democracia racial está na distância social estabelecida entre negros e brancos.

Após a abolição, quando surge a indústria capitalista, o ex-escravo teve sua força de trabalho rejeitada pelo capital, sendo então o imigrante europeu contratado como trabalhador livre e assalariado na lavoura cafeeira e na indústria.

As alterações sócio-econômicas no final do século XIX e início do século XX refletiram duramente sobre as condições de vida e trabalho da mulher negra que mesmo perante tais condições, teve um importante papel na manutenção da família negra, encontrando formas de ocupação através dos serviços domésticos.

No sistema capitalista, marcado por uma forte exploração da divisão racial e social do trabalho, ocupamos os mais baixos escalões em diversos setores.

Na medida em que a carteira assinada, passe do negro brasileiro, é uma garantia e até segurança (inclusive da polícia), para o trabalhador negro, apenas 37% das mulheres negras a possui.

O mercado de trabalho é seletivo às pessoas da raça negra e faz com que convivamos com a experiência sistemática da baixa remuneração.

Segundo pesquisa publicada pela revista **Afinal** (abril/87), que abrange a capital paulista e os 37 municípios que compõem a grande São Paulo, a região mais desenvolvida do País, no último trimestre de 1987, a taxa de desemprego da população branca era de 8,6% contra 10,5% da população não branca. Em se tratando das mulheres negras a taxa de desemprego chega a ser 7% superior à das mulheres brancas. Às mulheres negras são oferecidas mais oportunidades de trabalho no setor de serviços domésticos. A jornada de trabalho média dos negros é de 44,7% horas semanais, enquanto a dos brancos cai para 43,1 horas.



A ocupação de trabalhadoras negras nas ocupações manuais é de 83% enquanto das mulheres brancas é de 61,5% (Garcia Oliveira, Rosa Porcaro e Tereza Araújo Costa).

Segundo o censo de 1980 (IBGE), as diferenças de rendimento médio, apresenta-nos os seguintes dados: até um salário mínimo (SM), um percentual de 23,4% de homens brancos, 43% de mulheres brancas, 44,4% de homens negros e 68,9% de mulheres negras. De 1 a 3 SM, 42,5% de homens brancos, 38,9% de mulheres brancas, 42,4% de homens negros e 26,7% de mulheres negras. De 3 a 5 SM: 14,6% de homens brancos, 9,5% de mulheres brancas, 8,0% de homens negros e 3,1% de mulheres negras. Acima de 10 SM, 8,5% de homens brancos, 2,4% de mulheres brancas, 1,4% de homens negros e 0,3% de mulheres negras.

É sabido que o valor do salário mínimo já há muito tempo não é suficiente para as finalidades às quais foi criado.

O quadro torna-se extremamente assustador para a população negra, vítima da política econômica tradicional. O que perguntamos e questionamos é até quando suportaremos este estado de coisas, que, sem dúvida, será superado através da organização, da discussão e da luta por perspectivas de outro tipo de sociedade sem opressão e exploração.

3. SAÚDE: ABORTO E CONTROLE DA NATALIDADE

Falar de saúde no Brasil significa falar da pobreza, da desnutrição, das péssimas condições de habitação, saneamento e trabalho, enfim, das reais condições de vida da população brasileira.

O presente trabalho, entretanto, abordará, sem pretensões de esgotá-los, dois temas que estão diretamente ligados à saúde da mulher: o aborto e o controle da natalidade.

3.1. ABORTO

Segundo pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS), atualmente, no Brasil, só pela prática ilegal do aborto - 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) por ano - morrem cerca de 400.000 (quatrocentas mil mulheres), sem contar o número de óbitos provocados por uma série de doenças ginecológicas.

Não há uma legislação rigorosa que realmente garanta assistência e orientação à mulher, como também, não se pode separar a prática do aborto da falta de uma política de trabalho e de salário.

3.2. CONTROLE DA NATALIDADE

Na década de 50, os grandes grupos de concentração de capital privado, principalmente norte-americanos, tomaram a decisão

política de reduzir a taxa de natalidade dos povos do terceiro mundo, devido ao grande índice de crescimento populacional desses países, até então sob o jugo das potências industriais.

No Brasil, desde meados da década de 60, o rápido crescimento demográfico, a crise econômica e a pressão do governo norte-americano para a adoção de programas de controle de natalidade, colocaram a questão na ordem do dia.

Atualmente, o controle da natalidade disfarçado em "Planejamento Familiar" é defendido e executado, principalmente por organizações legalizadas, como a Sociedade de Bem Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), entidade subsidiada em dólares do exterior. A justificativa é de que o crescimento demográfico cria obstáculos ao desenvolvimento econômico. Estudos feitos já demonstraram que a única forma de baixar as taxas de natalidade seria melhorar as condições de vida da população.

O que está ocorrendo, na prática, é um verdadeiro genocídio e os seus praticantes são dotados de extraordinária força sob o amparo do poder econômico e político. É importante e necessário denunciar o caráter economicista, racista e machista contido nos seus objetivos.

No Brasil, a preocupação com o aumento da população negra vem desde a primeira metade do século XIX, quando se verificou que a população negra crescia mais que a branca.

A esterilização do grupo não branco, especificamente aqui no Brasil, para conter a natalidade, se expande vertiginosamente. "É um método que não exige conhecimentos específicos sobre o uso, nem alto nível de motivação. Por estas razões a esterilização parece ser o método mais adequado onde existe um alto grau de analfabetismo". (Corsi Otálora e Garcia de Cors).

A revista **IMPACT**, projeto do Population Reference Bureau (publicação norte-americana), no seu primeiro número (novembro/86), mostra a que veio. Com o objetivo de "produzir folhetos informativos ocasionais sobre o planejamento familiar e a população", nos orienta:

"O planejamento familiar salva vidas (...). É um meio eficaz e econômico de reduzir a mortalidade (das mães, recém-nascidos e crianças no mundo em desenvolvimento) (grifo nosso). Esse é o tipo de investimento em recursos humanos que deveria formar uma parte indispensável dos programas que visam à melhoria das condições de saúde da mãe e da criança.

Embora se anunciasse que o programa teria objetivos de saúde, fica evidente, pela prática, do "planejamento" nos países do terceiro mundo, que os objetivos são demográficos.

Matéria publicada recentemente no jornal **Gazeta Mercantil**, sob o título "Redução da Taxa de Fecundidade", por Guilherme Barros, nos informa que "Em 1940, a mulher brasileira tinha, em média, 6,16 filhos. Em 1950, o número de filhos por mulher aumentou para 6,21.



Um novo salto se observou em 1960, quando a fecundidade subiu para 6, 28 filhos. A partir de 1970, essa tendência se inverteu e o número de filhos por mulher caiu para 5,76. Em 1980, verifica-se uma queda ainda maior para 4,35 e em 1984 há um novo recuo para 3,5 filhos por mulher".

O demógrafo Luís Pinto de Oliveira do IBGE, destaca que o total de mulheres entre 15 e 44 anos que utilizam os métodos contraceptivos, 42,2% optaram pela esterilização e verifica que esse percentual aumenta quando se consideram as regiões mais pobres do País: Rio Grande do Norte 75% das esterilizações foram gratuitas; no Piauí, 72% e no Maranhão, 58%. A mesma matéria registra o papel do INAMPS nesse processo de esterilização, onde no Rio Grande do Norte foi de 57%; em alagoas, 41%; em Pernambuco, 37% e no Piauí, 34%.

Houve uma previsão no início dos anos 80 de expansão demográfica em que a população brasileira atingiria o total de 200 milhões de habitantes no ano 2000. Em 1982, o economista Benedito Pio da Silva, assessor do Grupo de Assessoria e Participação (GAP), órgão do Banespa, criado durante o Governo Paulo Maluf, no seu projeto de controle de natalidade expunha que o objetivo do programa era reduzir a população negra do País, pois esta seria maioria no ano 2000 e estariam ocupando os postos-chaves do poder. Houve denúncias de que este projeto fazia parte de um acordo entre o Governo do Estado de São Paulo e instituições japonesas.

Se inserirmos a dimensão racial, verificaremos que a maioria das esterilizações que vem ocorrendo são realizadas nas mulheres não brancas.

O receio do Sr. Benedito Pio da Silva e seus seguidores pode não ter mais fundamento, pois segundo dados anunciados pelo presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Charles Mueller, as expectativas, hoje, são de que no ano 2000, o número de habitantes será de 180 milhões. A tendência é diminuir ainda mais.

4. ORGANIZAÇÃO E INTERVENÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

Aprofundando uma tradição de lutas que é marca de sua história desde a África, passando pelos tempos da escravidão no Brasil, as mulheres negras dão continuidade a esse fio histórico se organizando num constante combate contra a discriminação racial.

A compreensão e a confiança de nossa própria atuação é a descoberta da possibilidade de uma postura ativa frente à realidade, a recusa a uma opressão secular, implica no fortalecimento de nossas propostas específicas articuladas com as lutas mais gerais.

A mulher negra faz-se presente na criação de movimentos negros e na sua direção. Segundo Lélia Gonzalez, os primeiros grupos organizados de mulheres negras surgiram no interior do Movimento Negro, encontrando espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe.

Esta organização em seu interior fez com que o movimento negro se ampliasse dando um salto qualitativo, evidenciando que apesar de, juntamente com o homem negro, sofrermos cotidianamente as agressões raciais, nossa luta, bem como as nossas reivindicações se justificam também, pela condição de dominada sexual.

A mulher negra, hoje, extrapola a militância no movimento negro e é elementativo nos grupos femininos, na luta sindical, na luta pela reforma agrária, por moradia, nos grupos de saúde, etc., reconhecendo que sua intervenção se faz necessária em sentido mais amplo, combinando o dado racial na compreensão das contradições sociais.

Um dos momentos significativos dessa intervenção se deu durante o IX Encontro Nacional Feminista, em setembro de 1987, em Garanhuns - PE, onde as mulheres negras, motivadas pela necessidade de ampliar a discussão de suas questões específicas, propuseram-se a organizar o I Encontro Nacional das Mulheres Negras.

É inquestionável a importância de estarmos participando desse Encontro por ser o primeiro fórum de discussão a nível nacional acerca de nossa questão. No processo de discussões, nas reuniões preparatórias, ficaram evidenciadas várias posições, com diferentes propostas em função das perspectivas distintas das companheiras que atuam no movimento social, partidário, instituições ligadas aos governos federal e estaduais. Perceber e entender essas tendências é de fundamental importância para definição dos rumos de nossa luta, dando-lhe um caráter mais coletivo e combativo.

O I Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher trabalhadora da CUT (São Paulo, junho/88), demonstrou a capacidade de organização e mobilização das mulheres de diversas categorias. Cabe ressaltar que a discussão relativa às questões da mulher negra em particular, só foi abordada (de forma superficial) após a intervenção de uma companheira do Grupo de Mulheres da Comissão do PT/DF. O mesmo ocorreu no II Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, ocorrido em Vitória (Espírito Santo, julho/88).

As razões podem ser atribuídas ao fato de que a esquerda ainda tem um entendimento equivocado de que, por servir à exploração capitalista, o racismo é apenas um mero apêndice da luta de classes, que põe à margem, ou simplesmente elimina as contradições raciais e que a desarticulação das mulheres negras petistas que se queixam dessa visão e que longe do reconhecimento de que a luta contra o racismo se dara como dádiva de uma direção esclarecida, só poderá vir



como resultado político da capacidade de organização e mobilização das negras petistas, principalmente pela prioridade que atribuímos a essa questão.

O grupo de mulheres da Comissão do Negro do PT/DF toma à frente esse processo mostrando a necessidade urgente desta organização no interior das comissões existentes em alguns estados, discutindo a atuação do Partido, sua proposta de transformação de uma sociedade que nos contemple e como nos encontramos dentro dele. As perspectivas que encontraremos no PT só poderão ser apontadas com a materialização desta organização.

ADENDOS AO DOCUMENTO

Os povos oprimidos do mundo vêm perdendo uma batalha para o imperialismo no que diz respeito à questão demográfica. A natalidade no Brasil vem diminuindo de maneira significativa. Em São Paulo, passou de 36 por 1000 habitantes na década de 70; para 20 por 1000 habitantes na década de 80.

Os controlistas, desavergonhadamente, lotam Kombis ou micro-ônibus para fazerem micro-cirurgias de ligaduras de trompas em mulheres trabalhadoras rurais e urbanas.

A vasectomia, hoje, é uma prática rotineira. As pessoas se esterilizam, na maioria das vezes, sem saber porque e para que e muitas, desnecessariamente.

Por outro lado, os serviços de saúde são pressionados para orientação de planejamento familiar e a maioria dos serviços públicos não estão preparados para orientar corretamente a mulher ou o homem sobre qual o melhor planejamento.

Não podemos dar as costas à esta questão, devemos cobrar das secretarias de saúde, programa de atenção integral à saúde da mulher, que contenha planejamento familiar sem que este esteja relacionado com o controle de natalidade, ou seja, os programas de saúde não podem confundir-se com as questões demográficas. Devemos iniciar uma luta para que os serviços de saúde tenham orientação de planejamento, porém, qualquer tipo de esterilização deverá passar por comissões de ética organizadas nos hospitais, e que haja alguma forma de controle por comissões de saúde formada nos movimentos de saúde.

1. A MULHER E A QUESTÃO SINDICAL

Vivemos numa sociedade de exploradores e explorados. No início do século ocorreu uma mudança social onde polarizou-se a relação patrão e trabalhador. A partir daí, o movimento sindical cresceu e os trabalhadores aglutinaram-se em pólos de discussão por categorias, que se tornaram pólos de resistência e luta pela justiça so



cial. Só que existe outro lado desta luta contra o arbítrio do poder patronal, que nunca foi levado em conta, pois era considerado um fator menor na luta de emancipação da classe trabalhadora: o sexismo e o racismo. Mecanismos altamente utilizados pelos patrões no exercício da super exploração e da divisão da classe trabalhadora.

As discussões sobre a questão sexual e racial somadas às discussões de classe aumentam o horizonte da força trabalhadora, e não fragmenta como supunham alguns sindicalistas ortodoxos. Muitos deles já fizeram uma reflexão e reformularam seus pensamentos.

E a mulher negra? Nessa trajetória ela tem no sindicato uma arma para lutar contra a tríplice exploração. Enquanto mulher, negra e trabalhadora. A mulher negra ganha até 10 vezes menos que a mulher branca exercendo a mesma função (dados do DIEESE); seu acesso ao primeiro emprego é dificultado; seu tratamento em algumas empresas é diferenciado dos outros trabalhadores, em suma ela carrega uma gama de preconceitos que limitam sua vida profissional, seja ela capacitada ou não. Portanto, a mulher negra e trabalhadora, conscientes de estarmos contribuindo para uma sociedade melhor onde se respeite as diferenças e haja justiça social.

2. A ESPECIFICIDADE DA MULHER NEGRA A PARTIR DO MOVIMENTO NEGRO FEMININO

Desde Nzinga passando por Luiza Mahin e chegando aos tempos de Benedita da Silva, podemos notar que a mulher negra é figura constante no processo histórico brasileiro. Porém, sua questão específica de ser explorada enquanto mulher e negra, esteve escamoteada do processo de crescimento merecido pela temática. Enquanto fervilhava os movimentos feminino e negro, a especificidade da mulher negra era timidamente abordada pelo movimento negro, embora muitas militantes fossem negras e esquecidas no movimento feminista, embora existisse a presença de mulheres negras nesse movimento.

Na década de 70 ocorria a explosão da questão racial no País, e o movimento negro, como princípio, trazia ao público a verdade racial brasileira: desigualdade racial, violência policial, discriminação no mercado de trabalho e subemprego. Vê-se que a bandeira da mulher negra estava esquecida, porém ocorria um paradoxo, crescia a militância da mulher negra nos movimentos negro e feminista.

Com o "boom" da luta contra o racismo, como fica a mulher negra? Nessa época os veículos de comunicação desses movimentos eram os jornais de esquerda. O jornal **Versus** publicou vários artigos sobre a questão racial, entre eles alguns sobre a especificidade da mulher negra. Salientava o período pós abolição e a importância do matriarcado revelava à atualidade heroínas como Luiza Mahin e outras. A questão foi evoluindo... Nesse processo embrionário do movimento negro contemporâneo, a luta anti-racismo sofre dois duros golpes:



a divisão partidária e a cooptação feita pelos órgãos governamentais e lideranças negras.

A partir de 1982 é nítida essa política de desarticulação levada pelo Estado, embora fosse veiculado que esses órgãos foram criados para assessorar o movimento negro, na realidade a sua função era de desarticulador. Embora o movimento negro caminhasse para um período de refluxo, a mulher negra começou a se organizar, primeiro segundo a ótica sexista, ou seja, feminina, buscando espaços em sua organização e paulatinamente dentro do movimento negro buscando igualdade.

Essas duas posturas trouxeram o seguinte dilema: porque discutir a mulher negra...

O crescimento da militância da mulher negra, não se deu apenas na vanguarda atuante, mas também onde se travava a luta no plano de classes, nos sindicatos, sociedade amigos de bairro, associação de favelas, etc.

O que distingue essa mulher do movimento sindical/popular da militância dos movimentos negro e feminista? Sua atuação.

Todas somos negras, todas somos discriminadas ante a sociedade economicamente estabelecida para privilegiar o branco. Por isso, é importante a nossa organização enquanto mulheres negras que lutam pelo entendimento social de sua especificidade, mas não perdendo o sentido de luta geral do movimento negro e feminino. A longo prazo, as mulheres negras terão um projeto global que viabilize sua atuação de forma unitária, embora atuem em frentes diferenciadas.

A organização da mulher negra não se resolverá apenas pela ótica sexista, mas também pelo entendimento de como a sociedade em que vivemos emprega mecanismos para dominar o homem e a mulher. Partindo desse princípio é necessário estruturar a ação futura da mulher negra onde quer que ela esteja, a discussão é ampla, e não se limita a um plano de política dentro dos órgãos governamentais, é necessário intervir de forma coerente se posicionando contra a exploração econômica e a ideologia racista.

Isso significarão termos amarras quando tivermos que criticar um plano de controle da natalidade que vise esterilizar a mulher negra. Não termos amarras para criticar as elites nacionais que tentam inviabilizar vitórias conseguidas pelas mulheres como a licença maternidade de 120 dias e impedir um plano de esterilização em massa pedindo laqueaduras para as mulheres para manter lícito o direito ao trabalho. Nossa organização depende da compreensão de que estamos dentro da questão específica, porém ela nos serve como instrumento de luta para avançarmos em um plano maior que é a libertação de todos os setores explorados e oprimidos da sociedade...

ORGANIZAR PARA TRANSFORMAR!!!

(Do documento do III Encontro Estadual de Mulheres Negras de São Paulo)



MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO
2º ENCONTRO DE NEGROS PETISTAS

Nós, Presidentes, Secretários e Tesoureiros, Diretório Regional e Prefeito de Vila Velha, reunidos nos dias 26 e 27 de agosto manifestamos nossa solidariedade e carinho ao II Encontro Nacional de Negros Petistas, com a expectativa e certeza de que este Encontro sairão propostas que animem o conjunto da militância petista, bem como apontem caminhos para a compreensão do nosso povo; que a questão da discriminação racial serve as classes opressoras e terá que ser varrida da face da terra, para que possamos construir uma sociedade fraterna, democrática e Socialista que tenha a dimensão histórica do papel do Negro, na formação do nosso povo, nas lutas pela emancipação da classe trabalhadora Negra e das demais raças e classes.

Assim, cabe a nós petistas levantar a questão do negro não apenas em nossos encontros, mas produzir políticas que sejam entendidas e discutidas nos sindicatos, associações, partidos, Legislativos, Executivos, noticiários, igrejas, escolas, imprensa, nos locais de trabalho e moradia, nas prisões, enfim, onde houver possibilidades.

Essa compreensão de ser parte integrante da luta do nosso povo deve ser das raças e das classes oprimidas. Deve ser parte integrante do internacionalismo que defendemos.

Temos consciência do papel dos negros na caminhada e na luta pela emancipação da classe trabalhadora em todos os continentes.

Nas Américas, na Europa, na África e na Ásia e Oceânia os negros estão presentes mantendo sua história de resistência e amor à LIBERDADE.

A História dos Quilombos é a história de AMOR E LIBERDADE à Democracia social e racial.

Saudamos o II ENCONTRO NACIONAL DE NEGROS e manifestamos o nosso orgulho por termos sediado esse Encontro.

AXÉ!

Vitória, 28 de agosto de 1988.